

Levaremos 120 anos para aproveitar potencial da bioeletricidade?

SOUZA, Zilmar José de. "Levaremos 120 anos para aproveitar potencial da bioeletricidade?". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2018.

No ano passado, a bioeletricidade ofertou 25 TWh para o Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo o setor sucroenergético responsável por 21 TWh deste total, representando sozinho o equivalente a 5% do consumo total de energia elétrica no país em 2017, chegando a quase 8% no auge da safra canavieira.

Contudo, se houvesse o aproveitamento pleno da biomassa dos canaviais na safra passada, a bioeletricidade teria potencial técnico para chegar a 146 TWh, aproximadamente sete vezes o volume ofertado ano passado, o que representaria mais de 30% do consumo de energia no SIN.

A estimativa deste potencial técnico da bioeletricidade é elaborada com base nos coeficientes técnicos de geração para cada biomassa presente no setor sucroenergético e apresentados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) na minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2027), ainda em processo de Consulta Pública estabelecida pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Considerando a safra 2017/18, o potencial técnico da bioeletricidade sucroenergética para a rede foi aproveitado em somente 15% de seu total. Esse potencial de 146 TWh representa algo como quase 4 (quatro) usinas do porte de Belo Monte, mostrando as grandes oportunidades que temos para aproveitar melhor o potencial dessa fonte renovável e sustentável, a partir de uma biomassa já existente nos canaviais.

Todavia, de acordo com a minuta de PDE 2027, a bioeletricidade em geral, partindo de 25 TWh em 2017, chegará a 38 TWh em 2027. A partir desta estimativa disposta no PDE 2027, podemos supor que o setor sucroenergético poderá representar uma oferta de bioeletricidade à rede de 32 TWh até 2027, um crescimento de pouco mais do que 1 TWh/ano.

Neste ritmo, levaremos quase 120 anos para aproveitar o potencial da bioeletricidade sucroenergética para a rede que existia em 2017, sem considerar o crescimento natural deste potencial ao longo do tempo, apenas pensando em aproveitar o que existe hoje nos canaviais.

Uma ponderação que possa justificar a timidez em relação à expansão da bioeletricidade no SIN talvez seja o custo efetivo da energia elétrica produzida pela biomassa em comparação com as demais fontes, uma vez que o PDE busca garantir o suprimento de energia do SIN a um preço mais competitivo possível.

Neste sentido, é importante mencionar, e adicionar ao processo de Consulta Pública, documento recentemente preparado pela PSR e Instituto Escolhas que apresenta a competitividade entre as fontes considerando a valoração dos principais atributos de

cada uma delas.

No citado documento procura-se externalizar de modo transparente o custo final para os consumidores, na intenção de que seus resultados representem ponto de partida para a discussão com relação à criação de uma nova metodologia de precificação das fontes nos leilões de energia elétrica ou nos leilões, de contratação de lastro para o sistema, e de uma proposta para o aperfeiçoamento do planejamento da expansão do parque gerador.

De acordo com o estudo supracitado, a fonte renovável que apresenta o menor custo de investimento e operação para a sociedade, quando avaliados os serviços prestados para além da produção de energia propriamente dita, é justamente a geração a partir da biomassa localizada na Região Sudeste, onde também reside o grande potencial técnico da bioeletricidade, dado que a maior parte da cana-de-açúcar processada no país ocorre na Região Sudeste do país. Na safra 2017/18, a Região Sudeste foi responsável por 66,4% do total de cana-de-açúcar processada no país, sendo o Estado de São Paulo sozinho responsável por 83,9% da cana-de-açúcar processada na Região Sudeste e 55,7% no país.

Quando se considera também as fontes não renováveis no estudo em tela, a bioeletricidade na Região Sudeste tem excelente desempenho, apresentando o segundo menor custo de investimento e operação para a sociedade civil, um pouco atrás da geração a partir do gás natural liquefeito, em ciclo combinado inflexível no Sudeste.

Ou seja, além de vasto potencial de crescimento, a bioeletricidade apresenta um dos menores custos totais de todas as fontes de geração no país e o menor custo global dentre as fontes renováveis, desde que contemplados determinados atributos econômicos, geo-elétricos e ambientais.

A despeito do significativo conjunto de atributos apresentados pela bioeletricidade, no PDE 2027, no cenário de referência para os anos 2022 a 2027, a expansão indicativa para a biomassa é de apenas 375 MW/ano, totalizando 2.250 MW, somente 5,7% da nova capacidade que será contratada até 2027.

É importante sermos mais ousados com relação ao aproveitamento desta fonte renovável estratégica para o setor elétrico, até por conta da relevância que a bioeletricidade também terá para o sucesso do aumento de oferta de etanol previsto pelo PDE até 2027 e do Renovabio, uma política de Estado fundamental para a segurança energética, o estímulo ao etanol e a redução das emissões de gases de efeito estufa. Etanol e bioeletricidade são produtos coirmãos e sinérgicos no portfólio das usinas sucroenergéticas.

Além do significativo conjunto de atributos apresentados pela bioeletricidade, o setor sucroenergético pode contribuir de forma mais aderente com as expectativas de incremento da produção de biomassa da cana-de-açúcar, fato que motiva a revisão dos atuais 375 MW adicionais por ano de bioeletricidade e aproveitar este potencial técnico numa taxa mais acelerada do que a prevista na minuta do PDE 2027.

Zilmar José de Souza é gerente de bioeletricidade na Unica – União da Indústria de Cana-de-Açúcar